



FILIADO À **FASUBRA**
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

GESTÃO
2022 - 2025
14/08/2024
28/2024

Reitor da Unicamp estoca o nosso dinheiro

Sexta-feira (16), às 12h, tem Assembleia Geral na Praça da Paz



Enquanto USP e Unesp avançam na pauta interna, temos que pressionar o reitor a abrir diálogo

Nesta sexta-feira (16) nós temos uma Assembleia Geral marcada para às 12h, na Praça da Paz!

O STU está convocando você para comparecer e retomar a discussão da nossa Pauta Específica 2024.

A USP e a UNESP estão em negociação com seus reitores e já avançaram em diversas conquistas.

Na USP houve o aumento no auxílio saúde e a diminuição do desconto do Vale Refeição (VR). Enquanto na Unesp teve o reajuste do Vale Alimentação (VA), reivindicação de Vale Refeição (VR), redução de jornada para responsáveis por pessoas com deficiência e a possibilidade de prorrogação da licença-paternidade.

A greve dos/as servidores/as da Unesp está ampliando, vários campi do Sintunesp estão paralisados em prol da carreira, reajuste e bonificações.

Estamos entrando no 2º semestre e até agora Tom Zé não nos recebeu, não respondeu nossos ofícios e tem ignorado nosso chamado para abrir negociação sobre as nossas reivindicações.

Precisamos nos mobilizar para avançar na Pauta Específica, acompanhando o movimento dos/as colegas

das outras universidades.

Unicamp estoca dinheiro e não valoriza trabalhadores/as

O ICMS (imposto do qual derivam os recursos para as universidades estaduais) de julho/2024 teve um crescimento de 20,88% comparado com o mesmo mês de 2023.

A Reitoria da Unicamp já admitiu no último Consu, de 06/08, uma arrecadação superior a R\$ 160 bilhões, bem acima da projeção da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, que é R\$ 154 bilhões.

E o que isso quer dizer?

Que a Universidade continua enchendo o cofre de dinheiro às custas dos/as trabalhadores/as que continuam se endividando, e se sufocando pela falta de valorização do Tom Zé!

Até agora o Cruesp não sinalizou retomar a discussão, mesmo sabendo

do crescimento da arrecadação.

O Fórum das Seis reiterou o pedido de reunião técnica com o Cruesp e reunião de negociação com os reitores, já que o reajuste necessário para recuperar nossas perdas salariais relativas a maio/2012 é de 12,50%.

Queremos isonomia

Vamos continuar lutando pela isonomia com a USP, pelo abono de R\$ 10 mil, e o auxílio saúde (de R\$ 207,18 a R\$ 1.241,18 para titulares e dependentes), pois está nítido que a Unicamp tem dinheiro, falta vontade política do Tom Zé pra valorizar os/as trabalhadores/as.

Essa assembleia é importante também porque neste ano entraram pontos novos na nossa pauta, como a questão dos/as profissionais da comunicação, as propostas dos coletivos anticapacitistas na luta pelas cotas PcDs, da comunidade LGBTQIAPN+, as reivindicações das professoras DEdIC, da Área da Saúde e dos/as aposentados/as que nunca fugiram da luta.

Vale lembrar que a maior parte da nossa Pauta Específica não depende de recursos financeiros e, mesmo assim, Tom Zé se recusa a negociar.

Diante deste cenário devemos aumentar a nossa mobilização e convidar nossos/as colegas para participarem da **Assembleia Geral nesta sexta (16), às 12h, na Praça da Paz.**

Venha discutir as ações necessárias para garantir a negociação da nossa pauta.

Categoria reivindicou e a reitoria atendeu!

Atendendo à solicitação da nossa categoria na Pauta Específica 2024, o crédito da primeira parcela do décimo terceiro salário será antecipado para 23/08.

Segundo a DGRH, o pagamento da segunda parcela está previsto para 13/12.

Vitória para a educação democrática e inclusiva

Justiça de SP suspende o projeto Escola Cívico-Militar do governador Tarcísio

A recente decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP) de suspender o programa de Escola Cívico-Militar, iniciativa controversa do governador bolsonarista Tarcísio de Freitas, é uma vitória importante para quem defende uma educação democrática e inclusiva no Brasil.

A medida atendeu a um recurso do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp).

Essa decisão é um passo significativo para manter o sistema educacional brasileiro fiel aos princípios democráticos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O programa, criticado por educadores/as, trabalhadores/as da educação e estudantes, propunha a participação de policiais militares na gestão escolar, o que gerou sérias preocupações sobre a valorização dos profissionais da educação, a autonomia pedagógica e o papel das escolas como espaços de formação crítica e cidadã.

A proposta de militarização das escolas impõe uma lógica de disciplina rígida e controle que não se alinha à formação integral dos alunos sem interferências autoritárias.

Além disso, não há evidências científicas que comprovem a eficácia desse modelo. Políticas educacionais devem ser baseadas em dados concretos e avaliações rigorosas, não em suposições ou agendas políticas autoritárias.

A Advocacia-Geral da União (AGU) já havia se manifestado contra o programa, destacando sua inconstitucionalidade e apontando que a legislação federal não prevê a militarização da educação básica.

A Procuradoria-Geral da República também criticou o projeto, mencionando a falta de qualificação pedagógica dos/as militares envolvidos/as e o desvio de função policial.

Agora, o caso está nas mãos do Supremo Tribunal Federal (STF), e a expectativa é que a Corte acompanhe a

decisão do TJ/SP, declarando a inconstitucionalidade do programa.

Entidades se unem contra o modelo militar

O STU manifestou apoio à decisão do TJ/SP, que protege os princípios da educação pública, democrática e inclusiva, respondendo ao desejo da comunidade escolar, contrária ao modelo cívico-militar.

Para a coordenadora geral do sindicato, Elisiene Lobo, "Essa decisão da justiça reforça a necessidade de defender um modelo educacional que respeite a diversidade de pensamento e prepare os estudantes para serem cidadãos plenos, com capacidade de questionar e transformar a realidade em que vivem."

Para a coordenadora, a educação não pode ser reduzida a um espaço de controle e repressão, mas deve ser um ambiente democrático de pensamento livre, criatividade e construção coletiva do saber.

Para barrar qualquer abordagem



autoritária que tente restringir a liberdade de ensino e o desenvolvimento crítico e criativo dos/as professores/as e estudantes, acontecerá em todas as capitais o "Ato Nacional do Dia do Estudante: Em Defesa da Educação, contra a Militarização e Privatização das Escolas e pela Revogação do NEM (Novo Ensino Médio)".

O ato acontece hoje (14), a partir das 8h, na Av. Paulista, em São Paulo, com a presença de várias entidades, incluindo o DCE da Unicamp.

Agora, mais do que nunca, é essencial que a sociedade civil se mantenha vigilante e engajada na defesa dos princípios democráticos que devem guiar a educação no Brasil.

Não à escola quartel!

CARTILHA ELABORADA PELO STU REGISTRA OS DIREITOS CONQUISTADOS PELOS/AS TRABALHADORES/AS DA SAÚDE



A Cartilha do Acordo Coletivo dos/as Trabalhadores/as da Área da Saúde já está disponível no site do STU [www.stu.org.br] e, em breve, será distribuída em formato impresso.

Renovado em abril deste ano, o acordo entre o STU e a reitoria regulamenta as condições de trabalho dos/as servidores/as do Complexo Hospitalar da Universidade.

Este documento é essencial, pois estabelece normas, direitos e deveres dos profissionais da saúde na Unicamp. Tanto que o documento tem força de lei e é fiscalizado pelo MPT (Ministério Público

do Trabalho), mediador das negociações.

Um dos principais avanços foi a inclusão da possibilidade de novas discussões durante a vigência do acordo, sem a necessidade de esperar pela renovação bienal.

Defesa da autonomia universitária, do financiamento e dos salários requer postura democrática do Cruesp: Fórum reforça necessidade de reuniões técnicas e de negociação

Ataques do governo Tarcísio à educação ligam sinal de alerta: militarismo, privatização, corte de recursos, precarização no Centro Paula Souza. Próximos meses serão de luta também por financiamento adequado para Unesp, Unicamp e USP nas negociações que envolvem a reforma tributária

Reunidas em 7/8/2024, as entidades que compõem o Fórum das Seis discutiram o cenário político e econômico deste início de semestre. Como havia sido sinalizado ao final de junho, as assembleias de base concordaram com a necessidade de ampliar a mobilização a partir de agosto, não só pela reabertura das negociações com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), mas também para impedir os crescentes ataques do governo Tarcísio de Freitas à educação, ao funcionalismo e aos serviços públicos.

Em relação ao cenário econômico, apesar das negativas do Cruesp se basearem na crença de que não há “fato novo” que demande a reabertura das negociações, a realidade é outra. A arrecadação do ICMS, imposto do qual derivam os recursos para as universidades estaduais, vem superando significativamente a previsão feita pela Secretaria da Fazenda do Estado para 2024. De janeiro a junho/2024, a arrecadação superou em 13,7% igual período de 2023. Embora ainda não definitivos, os números de julho/2024 apontam para mais de R\$ 14 bilhões, maior arrecadação mensal de 2024 até este momento. Com isso, a previsão oficial de R\$ 154 bilhões para 2024, que embasou a montagem da peça orçamentária para este ano, será superada e deve ultrapassar os R\$ 160 bi, podendo alcançar números bem maiores. Na única negociação realizada na data-base deste ano, em 16/5, os números previstos eram outros.

É preciso uma postura democrática, de fato, por parte dos reitores. Por que não debater com as entidades o novo cenário da arrecadação? Nem mesmo o compromisso de agendamento de reunião mensal entre as equipes técnicas (assumido pelo Cruesp em 2023 e reiterado durante a negociação de 16/5/2024) vem sendo cumprido. Trata-se de uma postura no mínimo desrespeitosa com as categorias e suas entidades representativas.



A reunião do Fórum das Seis, em 7 de agosto

tudantil e de melhorias nas condições de trabalho e estudo.

Autonomia e financiamento em risco

O governo Tarcísio tem ferido uma pesada bateria de ataques contra a educação, a ciência e o conjunto dos serviços públicos. Entre eles, estão: a aprovação pela Assembleia Legislativa da criação das escolas cívico-militares (NR: a implantação está suspensa após liminar concedida pelo TJ-SP à Apeoesp, em 6/8) e da privatização da gestão de escolas estaduais (o processo está em andamento, inicialmente com 33 unidades); o ataque à Fapesp (a LDO/2025 foi aprovada na Alesp com a possibilidade de corte de até 30% do orçamento da agência no ano que vem); a tramitação da PEC 9 (que prevê a redução do financiamento da educação pública paulista de 30% para 25% dos recursos do Estado); a privatização de órgãos públicos, como a Sabesp (já aprovada), o Metrô e a CPTM; a reforma administrativa; entre outros.

É com esse governo que deverá ser negociada a definição de um novo parâmetro de financiamento para as universidades estaduais paulistas em meio a reforma tributária em curso. Um governo que já deu sinais claros de descontentamento com a autonomia universitária e com a destinação de um percentual fixo do ICMS para Unesp, Unicamp e USP.

Ao se negarem a dialogar com o Fórum também sobre esse tema, os reitores parecem minimizar os riscos e, com isso, facilitar a provável ofensiva do governo Tarcísio.

F6 prepara novo debate para setembro: “Autonomia e financiamento”

A autonomia universitária, que teve início em 1989, após uma forte greve nas universidades em 1988, completa 35

Já tivemos reajustes no 2º semestre

Quando se fala em reajuste no segundo semestre, muitos acreditam ser algo nunca ocorrido. Mas não é assim. Em 1991, quando foi celebrado um acordo formal entre as entidades sindicais e o recém-criado Cruesp, ficou estabelecido que a data-base anual seria em maio e que sempre deveria haver uma nova negociação no segundo semestre.

Concretamente, tivemos um novo reajuste após a data-base nos anos de:

- ➔ 2000: 24,52% (11,25% em maio + 6,7% em out. + 4,9% em jan/2001)
- ➔ 2004: 7,05% (2% em maio + 2,14% em ago.)
- ➔ 2005: 7,94% (4% em maio + 3,79% em out.)
- ➔ 2006: 2,54% (0,75% em maio + 1,79% em nov.)
- ➔ 2007: 4,87% (3,37% em maio + 1,5% em nov.)
- ➔ 2014: 5,2% (2,57% em set. + 2,57% em dez.) + abono de 28,6% para compensar retroatividade a maio.
- ➔ 2015: 7,21% (4% em maio e 3,09% em out.)

Ainda faltam 12,52% para recuperar 2012

Além das perdas salariais (ainda falta um reajuste de 12,52% para voltarmos ao poder aquisitivo de maio/2012), é preciso que os reitores discutam com o Fórum das Seis os demais pontos da Pauta Unificada 2024. A negativa em fazê-lo contribui para aumentar a constatação de que as universidades querem seguir ampliando suas reservas à custa de arrocho salarial e omissão frente às crescentes demandas da permanência es-

anos em 2024. E é neste momento que, sob a pressão das mudanças que virão com a reforma tributária, temos que ampliar nossa mobilização para defender o financiamento adequado e a autonomia.

Após a realização do primeiro de-

bate em Bauru, em 25/6/2024, sobre reforma tributária e financiamento das universidades, o Fórum das Seis prepara uma nova atividade para setembro, desta vez em São Paulo. O objetivo é aprofundar a discussão sobre o tema. Fique de olho na divulgação.



Ainda não assistiu o debate de Bauru?

A gravação está em

<https://tinyurl.com/debateF6>

Entidades estudantis convocam ato contra a militarização e a privatização das escolas e pela revogação do NEM. Fórum apoia

As entidades estudantis que integram o Fórum das Seis fazem parte da organização de um ato em 14/8, quarta-feira, na Avenida Paulista (vão livre do MASP), em São Paulo, a partir das 8h. A data se relaciona com o Dia do Estudante (11/8), que este ano cai num domingo.

O eixo do ato é o protesto contra a militarização e privatizações das escolas no estado de São Paulo, política que vem sendo implementada pelo governo Tarcísio. Também estão em pauta a luta pela revogação total do Novo Ensino Médio (NEM) e contra o congelamento de recursos para a educação e a saúde no âmbito do arcabouço fiscal adotado pelo governo federal (R\$ 1,3 bilhão na educação e R\$ 4,4 bilhões na saúde, num total de R\$ 15 bilhões congelados entre todas as pastas).

O Fórum das Seis apoia a atividade e convida à participação.



Servidoras e servidores técnico-administrativos em greve na Unesp: Fórum apoia luta pela equiparação

O Fórum das Seis manifesta integral apoio e solidariedade aos/as servidores/as técnico-administrativos/as da Unesp, em greve por tempo indeterminado desde 5 de agosto de 2024.

A principal reivindicação é a equiparação salarial da categoria com os colegas da USP. Embora realizem o mesmo trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras da Unesp ganham menos.

Enquanto a isonomia salarial é garantida para a categoria docente, o que é justo, o mesmo não acontece com o segmento técnico-administrativo. A gestão do reitor Pasqual Barretti montou, em 2022, uma comissão entre reitoria e sindicato para estudar e construir propostas com vistas à equiparação salarial dos técnico-administrativos da Unesp com os das universidades irmãs, o que trouxe alguns avanços, como a concessão de duas referências após uma forte greve em agosto de 2023, e de uma referência em 2024. No entanto, o cenário econômico, com sucessivas altas na arrecadação do ICMS neste ano, mostra que é possível e necessário ir além.

O Fórum das Seis insta a reitoria da Unesp a avançar na equiparação e definir um plano para concluí-la. A Universidade tem condições



Servidoras e servidores do campus da Unesp em Araraquara

financeiras para tanto, inclusive por haver construído sólidas reservas a partir, também, das perdas salariais de seus servidores técnico-administrativos e docentes dos últimos anos, da ausência de contratações, da defasagem com os/as técnico-administrativos/as da USP.

TODO APOIO AO MOVIMENTO! IGUAL TRABALHO, IGUAL SALÁRIO!

Greve nas ETECs e FATECs em agosto/23. Demandas seguem na ordem do dia e motivam nova paralisação agora

Comunidade das ETECs e FATECs paralisará em 15/8: Fórum apoia luta contra o desmonte do Centro Paula Souza

Os/as professores/as e funcionários/as das escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs) preparam uma greve de 24h para o dia 15 de agosto. O protesto, organizado pelo Sinteps, entidade que integra o Fórum das Seis, é parte da reação contra a política de desmonte do Centro Paula Souza (Ceeteps), autarquia que administra as ETECs e FATECs.

O Fórum das Seis apoia as reivindicações da categoria, entre elas o reajuste salarial, a revisão da carreira implantada em 2014 e o pagamento do Bônus Resultado (valor que o governo paga anualmente aos trabalhadores da Educação, mas não anunciado ao Ceeteps até agora).

Os/as trabalhadores/as do Centro também denunciam o fechamento de cursos e de vagas públicas, quase sempre em prejuízo das famílias, professores e alunos, ao mesmo tempo em que o governador Tarcísio e o secretário da Educação Renato Feder criam 100 mil vagas de ensino técnico na rede estadual, com contratações precárias de docentes, baixíssimo investimento e ausência de infraestrutura.

Eles também reivindicam mais recursos para o Centro Paula Souza, lembrando que, embora estejamos no estado mais rico do país, o governo ignora a situação precária de funcionamento em muitas unidades, que sofrem com a falta de infraestrutura física e laboratorial adequada, com a desvalorização dramática dos salários e das condições de trabalho.

O Fórum das Seis insta a Superintendência do Centro, o Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação e ex-reitor da USP, Vahan Agopyan, e o Governador Tarcísio de Freitas, que abram negociações com o sindicato da categoria.

